

GUERRA

## O público vai ganhar?

A maior empresa do Pará e o mais poderoso grupo de comunicação estão em guerra aberta. Mas a sociedade é que poderá ganhar se dessa disputa resultar um maior compromisso da Companhia Vale do Rio Doce com o Estado e do grupo Liberal com a informação. Por faltarem a ambos identidade com a verdade, por enquanto essa é uma briga sem mocinhos pelo meio.

**S**e fosse na época da escravidão, seria possível dizer que se trata de uma típica briga de brancos. Hoje, numa linguagem popular, caberia a expressão “briga de cachorro grande” para a disputa entre a Companhia Vale do Rio Doce, a principal empresa em atu-

**UM BILHÃO DE  
REAIS “LAVADOS”  
EM BELÉM**

(Pág. 6)

ação no Pará e uma das maiores do país, e o grupo Liberal, dono da maior rede de comunicação do norte do país. O trunfo da mineradora é o seu milionário caixa. O da empresa jornalística é sua capacidade de mobilizar a opinião pública. A guerra, que começou com uma troca de

CONTINUA NA PÁG. 2

farpas verbais e acabou chegando ao judiciário, promete ser total.

A situação é inusitada para grande parte dos espectadores dessa confrontação. Desde que as Organizações Romulo Maiorana se transformaram num império da informação, poucos se atreveram a enfrentá-las. Esses poucos, geralmente políticos, acabaram compondo com seus inimigos da véspera, alguns mudando completamente de casaca – vermelha na véspera, azul hoje. Nenhuma empresa havia encarado o desafio assumido agora pela CVRD: ir para o campo de batalha contra a família Maiorana.

No mês passado a Vale do Rio Doce ajuizou, na 8ª vara cível do fórum de Belém, uma ação de indenização por danos morais contra a Delta Publicidade, responsável pelo jornal *O Liberal*. Alegou estar sendo vítima de uma campanha de difamação, desencadeada com o propósito de abalar sua imagem. Nos últimos três meses, sem interrupção, 24 matérias teriam sido publicadas no jornal contra a empresa.

Não conseguindo abrigo para seus esclarecimentos e à mercê de um noticiário tendencioso, só teria restado à Vale a alternativa judicial para estancar a sangria no seu patrimônio, decorrente do sistemático noticiário negativo. A indenização requerida, que o próprio juízo ficaria de arbitrar, ao final da demanda, serviria de fator inibidor ao prosseguimento da campanha.

O grupo Liberal reagiu com manchetes de primeira página e uma ofensiva ainda mais aberta. Classificou a ação da Vale de intimidatória, proposta com o objetivo de impedir o jornal de dar um tratamento crítico ao acompanhamento das atividades da mineradora. Diariamente passou a publicar manifestações de solidariedade às Organizações Romulo Maiorana e notas de repúdio à Vale.

Nesse início de guerra a vantagem é nitidamente da empresa jornalística. Nos 20 dias que decorreram entre a propositura da ação e a citação do réu houve um fato novo: o anúncio de que a fábrica de placas de aço da CVRD com sócios chineses, investimento de mais de um bilhão de dólares, ficará no Maranhão e não no Pará (**ver matéria a respeito nesta edição**). A má notícia foi dada simultaneamente ao anúncio da ação da empresa contra a rede de comunicação mais importante do Estado.

O jornal acentuou a associação: o mal que a Vale estava fazendo atingia tanto o

Estado quanto a sua principal via de informação. O móvel seria o mesmo: para cercear o conhecimento das decisões, a empresa estava atacando o veículo dos interesses da sociedade. Ou seja: a Vale matava a cobra e escondia o pau. Por querer mostrar a verdade, o grupo Liberal estava sendo punido.

A primeira batalha da guerra anunciada foi vencida pela empresa dos Maiorana porque a opinião pública paraense incorporou o convencimento alardeado pelo jornal. Mesmo sendo uma poderosa corporação de negócios, responsável por 16% do PIB paraense (e por 20% do saldo líquido da balança comercial brasileira), a capacidade de expressão da CVRD junto ao público local é incomparavelmente inferior à de *O Liberal*.

Além disso, cultivar uma boa imagem no Pará nunca foi um objetivo estratégico da Vale, principalmente ao longo da gestão de Roger Agnelli, nesse aspecto sutil como um trator (que ele imagina estar blindado pelas boas relações que mantém com o Planalto petista, anfitrião contumaz que tem sido do ministro José Dirceu, o poderoso chefe da casa civil do presidente Lula).

Mas a verdade não é a que o jornal proclama nas suas edições diárias, repletas de adjetivos e anêmicas de informações. Nem o grupo Liberal é o mocinho nem a CVRD é o bandido descrito no cartaz de procura-se pelo auto-proclamado defensor dos pobres e oprimidos.

Em primeiro lugar, a ação da Vale não configura nenhum atentado à liberdade de imprensa. A empresa agiu completamente dentro da ordem legal ao recorrer à justiça. O contencioso garante amplo direito de defesa e vários graus de recurso até o trânsito em julgado da demanda, com a condenação ou a absolvição do réu. O processo admite prova e contraprova e deverá ser demorado até a palavra final do julgador, certamente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, por envolver matéria constitucional, já pré-questionada.

Não é correto afirmar que a Vale está tentando calar as Organizações Romulo Maiorana. A programação publicitária da empresa não excluiu da mídia os veículos das ORM, que, mesmo já litigando com a empresa, a ela apresentaram um plano de mídia no valor de 6 milhões de reais para o patrocínio de um campeonato de vôlei e futebol amador. As ORM ainda não sofreram nenhum tipo de restrição.

A Vale entrou na justiça depois de ter encaminhado notas de esclarecimento ge-

néricas e cartas de resposta especificamente endereçadas ao jornal *O Liberal*. Logo, esgotou a instância administrativa. Podia ter ficado nesse nível, como praticamente todos os interlocutores do grupo Liberal, mas, declarando-se insatisfeita com a acolhida às suas manifestações, decidiu ir em frente no litígio. A lei lhe assegura esse direito, que é franquia plenamente democrática.

A consistência dos argumentos expostos pelos advogados da Vale na petição inicial vai ser posta à prova na instrução processual. Frederico Coelho de Souza, advogado do grupo Liberal, já contestou a ação da CVRD, negando que haja uma campanha contra a Vale, argumentando que o direito de resposta da mineradora foi acolhido e contestando a existência de prejuízos a reparar, entre outros pontos.

O grupo Liberal está em seu direito de relatar os fatos e apresentar a posição da empresa sobre a demanda judicial. Mas a cobertura que deu ao acontecimento guarda algum grau de proporção com o próprio fato? O jornal expôs os fatos conforme lhe impõe um tratamento jornalístico normal?

A resposta é não. O grupo Liberal se considera o mais igual dentre os iguais, com direito absoluto sobre o controle da informação (e sem sofrer as consequências de não cumprir sua tarefa). A diretriz editorial que usa para tratar dos assuntos do seu interesse direto não é a mesma que aplica a todos os demais. E acima do compromisso com a informação tem estado o interesse comercial da empresa. O primeiro compromisso, que legitima uma empresa jornalística, vem sendo progressivamente sufocado pelo segundo, o que transforma a redação num mero balcão de negócios. Tem sido assim há muitos anos.

Na eleição de 1990, por exemplo, a empresa apoiou a candidatura do atual vereador Sahid Xerfan ao governo do Estado. Seu opositor, o atual deputado federal Jader Barbalho, foi apresentado, durante todo o período da campanha eleitoral, como um acabado ladrão, atacado em matérias diárias, totalmente editorializadas.

Decidida a eleição em favor de Jader, seu nome sumiu do noticiário do grupo Liberal. Empossado, ele foi tratado anonimamente como “o governador”. Depois seu nome começou a aparecer de novo, mas só nas páginas internas do jornal. Mais um tempo e já era citado por inteiro na primeira página, sua fotografia voltou a aparecer e

logo em seguida a cobertura se normalizou, sem qualquer restrição, muito pelo contrário.

O jornal publicou um editorial para explicar ao seu leitor as razões da mudança de tratamento? Pelo menos uma nota da redação registrou a transformação? Nada. O único – e decisivo – sinal podia ser percebido na propaganda oficial. À medida que ela foi crescendo, a boa vontade do grupo Liberal a acompanhou. Relação evidente de causa e efeito. O ladrão da véspera passara a ser o estadista do dia seguinte. Como nenhuma explicação foi dada ao distinto público sobre a metamorfose, a carapuça podia ser colocada de volta a qualquer momento, bastando as moedas deixarem de tilintar nos cofres da empresa.

Acostumado a ignorar a opinião pública e a mudar de atitude editorial conforme os interesses comerciais ou caprichos pessoais, o grupo Liberal reagiu com estardalhaço semelhante ao do caso atual da CVRD quando a Rede Celpa se recusou a patrocinar o Pará Folia, promoção da corporação, e o Basa publicou apenas uma versão resumida do seu balanço. Seguiram-se editorial de primeira página, matérias de denúncia, enquetes agressivas, cartas indignadas dos alpinistas de sempre, atrás do calor da exposição pública. Uma vez atendido o interesse comercial, voltou a cobertura de antes, oficialista, absorvedora de *press-releases*, desatenta, incompleta, incompetente. A informação virou adorno na empresa de informação, quando não gazua.

A própria Vale já experimentou essa relação ao suspender o patrocínio do Salão Arte Pará, anos atrás. Depois de matérias sucessivas contra a empresa, acabou cedendo e aceitou continuar a desempenhar o papel que o grupo Liberal lhe impunha. Da mesma forma, assumiu o patrocínio do programa “Andando pelo Pará”, capitaneado por Romulo Maiorana Jr (sintomaticamente, é sucedida agora pela Rede Celpa).

A mídia do programa podia ser considerada interessante e comercialmente compensadora pelo estrito ângulo da divulgação de mensagens promocionais da empresa nos veículos das ORM. Mas a outra banda do programa, com as andanças de Romulo Jr. & troupe, sua investida sobre as prefeituras dos municípios que se dignou visitar e, sobretudo, suas confusas pretensões políticas, eram um complicador para uma empresa como a CVRD. *Rominho*, apesar de

seu poder, está muito longe de ser uma unanimidade no Pará ou de ser classificável como um *benefattore* do Estado (para usar uma expressão que estaria ao alcance do pai, cuja família era originária do sul da Itália).

Em 2001 o grupo Liberal apresentou mais uma conta do “Andando pelo Pará”. A Vale pagou, em julho daquele ano, duas duplicatas de uma só vez, no valor de 800 mil reais. Mas o Liberal acrescentou mais uma parcela de R\$ 400 mil. A Vale não concordou. *O Liberal* emitiu então, unilateralmente, uma terceira duplicata, com vencimento ocorrendo três meses antes da data prevista na programação apresentada do “Andando”. Em agosto do ano seguinte o diretor do grupo Liberal, João Pojucam de Moraes, lembrou, em ofício, que a dívida continuava em aberto.

Em fevereiro deste ano, 20 meses depois, a duplicata foi apresentada para protesto. A Vale foi notificada através de uma estagiária, sem poderes para representar a empresa, que alega não ter tido ciência do protesto. Só foi regularmente intimada já da ação monitoria, proposta em maio pelo grupo Liberal para obter, pela via judicial, o pagamento reclamado (já então, com os acréscimos e atualizações, 50% maior, no valor de R\$ 613 mil).

A Vale contestou a ação e ao mesmo tempo entrou com uma cautelar (para desconstituir o protesto), na 18ª vara cível do fórum de Belém, alegando que o título apresentado é frio, por não ter o seu aceite, não estar sustentado num contrato e por não ter havido qualquer contraprestação de serviço (ou a efetiva prestação do serviço não ter sido demonstrada), o que caracterizaria “enriquecimento sem causa” por parte da Delta Publicidade. A CVRD pediu liminarmente o cancelamento do protesto, que estaria lhe causando danos irreparáveis (a impede de ter relações comerciais com órgãos públicos, por exemplo), mas o juiz Gabriel Costa Ribeiro preferiu ouvir a contestação da outra parte antes de decidir sobre a liminar.

Além de adotar rotineiramente esse comportamento, que coloca a divulgação de informações a serviço de seus objetivos comerciais, o grupo Liberal compromete sua legitimidade como órgão de representação da sociedade por sua própria linha editorial. É diretora da empresa não reconhecer seus erros. Não só não admite errar, como deixa de acolher as manifestações dos que a ela se dirigem para

apontar esses erros ou defender-se de acusações recebidas. A liberdade de imprensa é uma arma que os Maiorana querem usar a seu favor, mas rejeitam quando é esgrimida por terceiros contra eles. O grupo só é liberal no título.

Quantas cartas remetidas para a redação, no exercício do direito de resposta, não foram parar na lata de lixo, sem o menor respeito ao missivista? Quantas pessoas não entraram na geladeira dos veículos de comunicação da empresa por serem desafetos de algum dos Maiorana? Quantos tiveram que engolir matérias claramente manipuladas por não terem o direito de contraditá-las ou porque as boas graças dependiam da passagem pelo departamento comercial?

A subordinação da dimensão jornalística da empresa aos seus negócios fica perfeitamente clara quando, à cobertura sistemática e crítica, segue-se o panegírico ou o silêncio, tão logo a exigência comercial é atendida. Ou, quando há a relutância em ceder, os ataques se sucederem até que o outro lado volta a se sujeitar à vontade da corporação de comunicação.

Esta é a primeira vez que uma empresa comercial tem uma atitude diferente. A Vale não apenas se recusou a pagar o que o grupo Liberal lhe cobrou como sendo a última parcela do “Andando pelo Pará”, mas também, em seguida à propositura da ação de cobrança, reagiu na mesma moeda, ingressando em juízo com uma cautelar contra a monitoria e uma ação de reparação de danos morais contra o grupo Liberal. Independentemente do resultado das duas brigas judiciais (que, evidentemente, têm motivação conexa), a novidade da reação é benfazeja para o esclarecimento da opinião pública.

Mesmo sendo vítima de tanta manipulação, a sociedade paraense já sabe: a verdade só costuma emergir quando os que a produzem ou monopolizam brigam entre si. A verdade surgirá a partir do que um disser do outro, mas certamente estará além do que um e outro dizem e ainda dirão. Estará num ponto intermediário entre as posições dos contendores, se, nessa terceira posição, de equilíbrio, alguém for capaz de ponderar o que for dito pelo critério da verdade: os fatos.

Como em boa briga de cachorro grande, espera-se que quem for podre se quebre para que possa haver uma verdadeira limpeza no ambiente.

# Placas vão para São Luís:

A conclusão do estudo realizado pela Natrontec e a Macrotempo, anunciada na semana passada, de que São Luís do Maranhão é o melhor lugar para a instalação da primeira usina de placas de aço no norte do Brasil, significa o ponto final na história da siderurgia no Pará? O Estado tem a melhor jazida de minério de ferro que existe no planeta, localizada na província mineral de Carajás. Mas até agora o único passo adiante na transformação da matéria prima, um quarto de século depois de iniciada a mineração do ferro, foi dado pelas cinco usinas de gusa implantadas no distrito industrial de Marabá.

Desde o ano passado, a primeira pelletizadora de ferro, que faz a agregação do minério fino, funciona em São Luís. Ela é uma das três maiores usinas de *pellets* do país, com capacidade de produção de seis milhões de toneladas por ano. Pelotas de ferro e minério granulado são dois dos insumos para a fabricação de chapas de aço, que representam um estágio mais avançado na industrialização. Se depender do estudo realizado por encomenda da Companhia Vale do Rio Doce, a primeira fábrica de chapas, em sociedade com os chineses, também ficará na capital maranhense, produzindo 3,7 milhões de toneladas anuais. A outra siderúrgica, com metade do tamanho da de São Luís, está surgindo ao lado do porto de Pecém, no Ceará, a mais nova do Nordeste, mas também utilizando o minério de Carajás.

Estariam aí as provas de uma conspiração contra o Pará, atestando a incompetência de suas elites e uma compulsiva má-vontade contra o Estado por parte do agente por trás de todas essas iniciativas, a CVRD?

Por interesse próprio, só casualmente coincidindo (ou tentando fazer coincidir) com os interesses do Estado, o grupo Liberal responde afirmativamente, puxando (ou provocando) a reação da opinião pública local. Sim, proclama o jornal: há uma conspiração e quem a comanda é a CVRD. Levanta-se contra esse atentado um coro de pessoas de boa intenção, guiadas pelos oportunistas de sempre.

É grave a ameaça que paira sobre o futuro do Pará, disso não há qualquer dúvida, se o Estado atuar apenas no ponto de partida do processo siderúrgico (e,

com isso, continuar a crescer como rabo de cavalo: para baixo), condenando-se a ser um mero centro minerador e um fornecedor de semi-elaborados (ainda por cima desonerados de impostos quando dirigidos à exportação), que geram pouco emprego, renda residual e quase nenhum imposto local.

Mas só se pode atuar competente e contra essa restrição compreendendo a situação. Agir por mero impulso emocional é condenar-se ao risco de ficar com a brocha na mão quando for retirada a escada. Isto é: quando os interesses dos manipuladores de informações forem satisfeitos e eles voltarem à sua atitude anterior, de omissão e conivência, ou de pirataria.

O primeiro ponto a esclarecer é o trabalho da Natrontec. Inicialmente essa empresa de consultoria foi contratada pela Vale do Rio Doce para estudar a melhor localização da usina de placas que a empresa pretende viabilizar, atraindo para o empreendimento a gigante chinesa Baosteel, hoje a maior compradora individual de minério de ferro de Carajás e a maior siderúrgica da China. Na verdade, o que a Natrontec fez foi submeter a teste uma hipótese de trabalho evidente: que o melhor lugar era (e é) no litoral maranhense, ao lado do porto da Ponta da Madeira, um dos melhores do mundo.

Com a reação (retardada, como de regra) no Pará a essa prévia, outra consultora, a Macrotempo, do economista Luciano Coutinho, foi contratada para acompanhar os estudos e auditá-los. A indicação foi do governo paraense, do qual a Macrotempo passou a ser a representante, mas o dinheiro saiu dos robustos cofres da CVRD. Uma relação promíscua, mas a relação padrão de sempre.

A administração estadual tem sido sujeita a chuvas e trovoadas, mudando de

postura conforme o temperamento (e as conveniências) do chefe do executivo, mas sempre repassando a conta para a Vale, objeto de exaltação em certos momentos e de furor em outros, sem parâmetros objetivos, explícitos, confiáveis. O que não há é independência e separação de corpos.

A despeito dessa origem comprometida, o estudo confirma a hipótese inicial, apontando-lhe os números. São Luís representa uma vantagem de quase 150 milhões de dólares sobre Vila do Conde e de US\$ 320 milhões sobre Marabá, conforme o valor do investimento realizado e o custeio, resultando no VPL (Valor Presente Líquido), calculado para o tempo de vida útil da fábrica, de 20 anos, a partir de uma metodologia reconhecida universalmente.

Pode ter havido alguma distorção e manipulação no trabalho? Depois de ter lido com atenção o relatório, a dúvida que me restou foi quanto ao abastecimento de água para a usina em São Luís e eventuais custos decorrentes da poluição que a fábrica causará na área de influência, especialmente através da queima de carvão mineral.

O estudo assegura que a ampliação do sistema existente garantirá o atendimento à demanda da fábrica, de quase dois milhões de litros por hora, mas fiquei sem convicção sobre a possibilidade de suprimento sem novos investimentos (acarretando conseqüências para o abastecimento da população), que deveriam caber à empresa siderúrgica e não à concessionária do serviço.

Dúvidas como essa, mais a inexistência de contabilização para o custo ambiental e nenhuma indicação sobre a possibilidade de surgimento de uma nova fonte de calcário que não a definida no estudo, muito cara, poderiam afetar em

**Nos confrontos que tem havido, a CVRD se tem mostrado mais forte não só por ser intrinsecamente forte, mas por ter diante de si um leão que ruge, mas é desdentado.**

# fim do sonho siderúrgico?

profundidade a grandeza dos números finais da análise? Não saberia dizer. Mas fica a questão para quem de direito.

Admitida a consistência e correção do trabalho, restaria outra questão a ser respondida: o governo do Pará pode modificar essa correlação de fatores para dar maior capacidade de atração do investimento para as duas hipóteses locais no Estado? Pela grande desvantagem que apresenta, Marabá está fora da disputa. Mas e Vila do Conde? Seria possível anular os 150 milhões de dólares de vantagem da capital maranhense sobre o distrito industrial de Vila do Conde?

Sem um exame mais detalhado, a resposta é não. O estudo da Natrontec desconsiderou a necessidade de dragar o canal de acesso ao porto, optando por navios de menor tonelage, da classe Panamax, ao invés dos maiores, tipo Cape Size. Ou seja: não problematizou o exame locacional de Vila do Conde. A única alteração significativa de custos poderia ser proporcionada pela navegabilidade plena do rio Tocantins, com a construção do sistema de transposição da barragem de Tucuruí, permitindo o transporte mina-porto em dois modais (ou mesmo em apenas um, conforme o uso do rio Itacaiúnas). Mas qual seria o peso das eclusas no cálculo?

Por se tratar de mera especulação, já que as eclusas inexistem e sua construção demandaria tempo maior do que o previsto para a usina de placas, além de recursos financeiros (360 milhões de reais) de fontes ainda imprevisíveis, esse elemento de cálculo não consta do estudo. Bitolado em torno da escolha de um sítio para uma usina de placas, o trabalho não tem a amplitude do projeto de que o Pará necessita: saber se ainda pode ter um ciclo siderúrgico completo dentro do seu território.

Em 1981, a CVRD e a Secretaria Geral do Programa Grande Carajás elaboraram, a quatro mãos e em gabinete fechado (procedimento típico da época do regime militar), o Plano de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, que deveria servir de guia para a região de influência do pólo mineral. Em uma década seriam investidos 62 bilhões de dólares (valor equivalente à dívida externa brasileira de então), possibilitando receita anual de US\$ 17 bilhões.

A diretriz definida então, com uma crueza colonial espantosa (o título original do documento era "Metal Amazon" e sua mais preciosa imagem consistia em comprar a Amazônia ao monstro de Loch Ness), prevalece até hoje: os principais investimentos seriam feitos no litoral, tanto em Vila do Conde quanto (e sobretudo) em torno de São Luís, aproveitando "as condições portuárias excelentes para manuseio de grandes toneladas a preços competitivos".

No interior poderiam surgir pólos produtivos de gusa, silício metálico, ferro-níquel e ferro-esponja, desde que houvesse carvão vegetal para atender a uma demanda de 25 milhões de metros cúbicos. O babaçu podia entrar como redutor, mas só complementarmente. O grosso das necessidades seria suprido por florestas plantadas. O documento previa a necessidade de 2,3 milhões de hectares. Nessa área, a floresta nativa (hoje remanescente em matas secundárias formadas pelo desmatamento) seria substituída pelo eucalipto.

Eis aí, ontem como hoje, a chave para um processo siderúrgico primário no interior do Pará: o carvão vegetal. Se o carvão mineral for o redutor, todas as unidades de beneficiamento de minério ficarão no litoral, onde poderão receber o coque e o carvão importados (no caso, da China) e embarcar com menor manuseio e custo os produtos transformados. Para interiorizar a siderurgia, será preciso recorrer ao carvão vegetal, como já fizeram as 12 guseiras instaladas ao longo da ferrovia de Carajás. A opção é mais ou menos como se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

Há solução satisfatória para esse impasse? O desafio que se coloca diante das elites pensantes (e "laborantes") do Pará nessa questão é encontrar um outro caminho. De fato, foi através da destruição de suas matas para a produção de carvão que Minas Gerais se incorporou, na condição de periferia, ao processo industrial que teve São Paulo como centro. Quando o capital natural começou a se exaurir, as guseiras de Minas migraram, principalmente para próximo de Carajás, onde, além do minério, ainda há florestas a serem sacrificadas (e campo de manobra para essa história de gusa tropical). Será terrível, para o Pará, repetir o erro de Minas com décadas de atraso.

Mas então não lhe resta outra "vocação" senão a de província mineradora (e energética), condenada a ter relações de troca desfavoráveis? É o que sugere esse desdobramento da divisão internacional do trabalho, a se manifestar diante de nós através da abertura de mercados consumidores (como o americano e o chinês) para aços de menor valor agregado, e que, por isso mesmo, têm uma margem de lucratividade mais apertada (o que induz a uma localização o mais próxima possível dos grandes portos).

Mas essa não é uma regra sem exceções, muito pelo contrário. Na área do Sistema Sul da CVRD, na qual a fonte de minério são as jazidas de Minas Gerais, o panorama é justamente o inverso: há oito aciarias no "sertão" e apenas três no litoral. E isso sem perda de ganho, já que dos 10 produtores de aço de maior lucratividade no mundo, seis são brasileiros (e os dois mais eficientes estão instalados justamente no "sertão").

Em princípio, pode-se dizer que a interiorização siderúrgica depende de encontrar um modelo ajustado às suas limitações e aproveitador de suas vantagens (algumas são claras: fartura de água, espaços disponíveis, menos afetação aos fatores ecológicos, possibilidade de descongestionar o processo econômico e, mesmo sem os atrativos da urbanização, poder descentralizá-la).

Mas não se pode dizer algo definitivo por falta de um plano para esse setor no Pará, embora as premissas sejam a de encontrar novo componente energético e um modelo de usinas compatíveis, atraindo investidores que não estejam atrelados à CVRD.

Desarmado, o Estado reage aos fatos buscando compensações e derivações, ao invés de encarar a Vale do Rio Doce com sua própria visão do setor. Mas como criar essa visão sem estar habilitado a isso e sem buscar respaldo técnico, sempre recorrendo à própria empresa para custear estudos e projetos, como aconteceu com os planos de Eliezer Batista & Raphael de Almeida Magalhães – e se repete agora com a fábrica de placas?

Nos confrontos que tem havido, a CVRD se tem mostrado mais forte não só por ser intrinsecamente forte, mas por ter diante de si um leão que ruge, mas é desdentado.

# Um bilhão ilegal sai de Belém em 5 anos

Um bilhão de reais pode ter sido remetido ilegalmente de Belém para o exterior ou foi sonegado ao imposto de renda, em operações ilegais de compra e venda de dólares em casas de câmbio da capital paraense, durante cinco anos, entre 1996 e 2000. Ainda não houve qualquer prisão, mas o delegado da Polícia Federal de Brasília, Daniel de Oliveira Santos, já indiciou 21 pessoas pela prática dos delitos. Outras 60 pessoas também estão sendo investigadas como participantes do esquema de evasão de divisas, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e funcionamento de casa de câmbio sem autorização do Banco Central.

O inquérito policial durou mais de dois anos, de setembro de 2000 a novembro do ano passado. Remetido para a Justiça Federal, tramita atualmente pela 3ª vara federal, em Belém, com mais de 40 mil páginas, distribuídas em 103 volumes. Compreende 20 mil documentos, entre cheques, ordens de pagamento e transferências de valores. Só de conversas telefônicas gravadas e transcritas, são 256 páginas.

O esquema, segundo apurou a PF, consistia na compra, em Belém, de pequenas quantidades de moedas estrangeiras de turistas e entidades religiosas ou beneficentes, "que recebiam recursos do exterior, sem, contudo, velarem pela escrituração destas transações". Essas operações encobriam um outro esquema, "de grande dimensão, quer pelas somas, quer pelas pessoas e empresas envolvidas, tudo ramificado por várias unidades da federação e conexões com o exterior".

O suporte para todas as operações realizadas pelas casas de câmbio de Belém, segundo a investigação da polícia, seria o grupo Marcos Marcelino & Cia. Ltda, que possuía "umbilical ligação" com o "esquema" dessas corretoras, "constituindo este grupo empresarial a verdadeira base financeira na compra e venda de moedas estrangeiras", conforme diz o delegado Daniel Santos no relatório final do inquérito.

Os proprietários e dirigentes da empresa, que mantinham negociações com doleiros há muito tempo, são citados nas várias investigações conduzidas pela Polícia Federal na região de Foz do Iguaçu, no Paraná. A firma é acusada de lastrear com moeda nacional as operações de grande vulto da Casa Cruzeiro com moeda estrangeira. A Cruzeiro foi descredenciada pelo Banco Central em junho de 2000.

Ao depor no inquérito, o diretor financeiro do grupo, Abelardo Lobato Alfaia, explicou que em janeiro de 1999, durante a macro-desvalorização do real, conseguiu convencer a diretoria do grupo a adquirir dóla-

res no mercado local para se proteger das grandes flutuações de câmbio. Os dólares comprados eram simplesmente guardados no cofre da empresa. A movimentação mensal dessas operações variava entre 500 mil e 800 mil dólares. O diretor, entretanto, negou que o grupo tenha contas no exterior ou haja efetuado depósitos em contas de terceiros. O recurso a uma moeda forte em época de instabilidade cambial e monetária visava prevenir prejuízos para a empresa.

Marcos Marcelino de Oliveira Filho, vice-presidente do grupo, declarou em seu depoimento na Polícia Federal que sabia da aquisição de dólares na praça de Belém, mas desconhecia os valores envolvidos. Admitiu que emitia cheques, mas ignorava sua destinação. Também ignorava como os dólares adquiridos eram contabilizados na empresa.

Seu pai, Marcos Marcelino de Oliveira, embora comandando a corporação empresarial, também não soube informar a quantidade mensal de dólares comprados. Sequer conhecia os titulares das empresas de câmbio, habituais fornecedoras de dólares para o grupo. Explicou que a remessa de valores em reais para contas correntes de banco em Foz do Iguaçu, em 1998, foi parte da "devolução do pagamento da venda de um avião".

O tesoureiro do grupo, Cláudio Purcell da Costa, admitiu, em seu depoimento, que, cumprindo ordens, emitia, em média, um cheque por dia para aquisição de dólares, nominais à firma Marcos Marcelino. Esses cheques eram endossados por Abelardo Alfaia, Marcos Marcelino Filho e Joana Antunes, passando a ser ao portador. Confirmou também que eram intensas as transações com a Casa de Câmbio Cruzeiro, que tinha uma "marcante ramificação" no exterior, "com aportes financeiros muito superiores ao declarado pela empresa", segundo as conclusões do delegado da PF.

A empresa Bombril, acusada pela polícia de contar com dezenas de doleiros espalhados pelo país, também aparece como beneficiada por depósitos que o grupo Marcos Marcelino teria feito em sua conta. Procuradores federais e fiscais do Banco Central, ao rastrear dinheiro de uma das empresas de Marcos Marcelino, depois de identificar doleiros em Foz do Iguaçu, detectaram vários depósitos (cheques no valor de R\$ 23,7 mil e R\$ 300 mil, entre outros) em uma conta corrente da Bombril no Bradesco. Chamada a dar explicações à Polícia Federal sobre os depósitos, a Bombril negou que tivesse realizado qualquer transação com o grupo paraense.

Joamir Alves, diretor-financeiro da Bombril, disse inicialmente que os depósitos se referiam a um pagamento pela venda de títulos à empresa Logística. Três meses de-

pois, retificou suas declarações: a empresa que teria comprado os títulos seria a Hard Sell e não a Logística.

O auditor fiscal do Tesouro Nacional, Luiz Carlos Macedo Matos, informou à Polícia Federal que já existem procedimentos fiscais em andamento na Receita Federal contra José Samuel Benzecry e Ourovida Serruya Benzecry, dois outros indiciados no processo. Com o casal foram apreendidos, em duas operações, dois milhões de dólares, sendo 1,43 milhão de dólares em dinheiro, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e US\$ 402 mil em *travellers* cheques, em Campinas, São Paulo.

Um inquérito aberto pela Polícia Federal de Campinas, em 1998, apurou as circunstâncias da apreensão de US\$ 402 mil em *travellers* cheques em envelope postado por José Samuel Benzecry, em Belém, com destino a Campinas. Mas, em declaração à PF, Benzecry negou ter postado o envelope, afirmando desconhecer seu conteúdo.

Carlos Cezar Chaves Albuquerque, referido como testemunha de defesa de Benzecry, informou ter sido o responsável pela postagem do envelope, a pedido de Rubem Dário Peralta Ramirez, tendo recebido 100 dólares pelo serviço. Garantiu que usou aleatoriamente o nome de Benzecry, consultando um cartão de visitas dele.

Apesar de sua veemente negativa, meses depois Benzecry, declarando-se "legítimo proprietário" do dinheiro, encaminhou uma petição ao juiz do processo, em Campinas, pedindo a restituição dos US\$ 402 mil.

Outro personagem do inquérito é João Leal. Mesmo sem capacidade econômico-financeira, ele movimentava valores bancários elevados de 13 dos 21 indiciados. A mecânica de sua ação consistia na utilização de conta corrente de um "laranja" para receber o dinheiro, emitido através de cheques, transferências eletrônicas e ordens bancárias. Os valores correspondentes eram sacados ou transferidos para contas de depósitos de "domiciliados no exterior", de onde retornavam, já devidamente "limpas", para as contas dos verdadeiros movimentadores e não mais para a de João Leal.

Um depósito de R\$ 107 mil, foi feito em 1997, na conta corrente 111686, agência 224 do Banestado, aberta em nome de João Leal, pela Marcos Marcelino & Cia Ltda, conforme a apuração policial. Em suas declarações à PF, o empresário Marcos Marcelino alegou que os documentos contábeis e outros, que poderiam comprovar a licitude da operação, foram extraviados por ocasião da mudança da sede da empresa. Mas não apresentou comprovação do fato.

# As indignidades de 1964: uma história por escrever

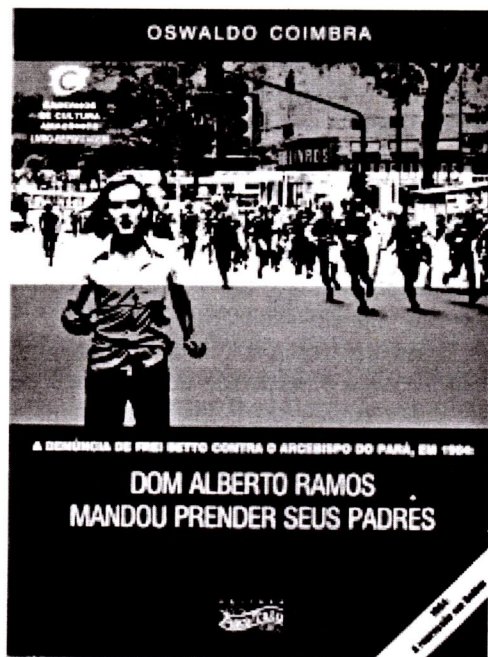
O serviço de utilidade pública que o jornalista Oswaldo Coimbra prestou ao escrever *Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres* (Editora Paka-Tatu, 2003, 280 páginas) foi reafirmar que não há temas proibidos, acima de qualquer suspeita ou além de questionamento. Bastou uma consulta aos arquivos de jornais do passado para Coimbra se municiar de fatos polêmicos, reavivando a memória da sociedade paraense sobre acontecimentos relevantes, ainda carentes de esclarecimento. Necessidade de elucidação que deve ser mais importante do que tabus ou interditos proibitórios.

Mas o que é o mérito do livro de Coimbra é também sua grande deficiência: a pesquisa foi rápida demais, restrita a poucas fontes, insuficientemente checadas. O mérito da sua iniciativa seria muito maior se ele tivesse colocado uma interrogação no título do livro: *Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres?* A inquirição estaria mais bem posta do que a afirmação.

A acusação ao homem que foi o arcebispo de Belém ao longo de 34 anos se baseia num testemunho, o de frei Betto. De passagem por Belém, entre março e abril de 1964, para participar de um congresso estudantil latino-americano, o então dirigente da Juventude Estudantil Católica (JEC) diz ter visto, no dia do golpe militar contra o presidente João Goulart, dom Alberto Ramos aparecer na tela da emissora de televisão (só havia uma, a TV Marajoara, dos Diários Associados). Depois de agradecer a Nossa Senhora Aparecida e a Deus pelo golpe que teria salvado o Brasil do comunismo, “não satisfeito, o arcebispo apresenta uma lista completa de padres que deveriam ser presos porque eram comunistas ou suspeitos”.

Reconstituindo os fatos três décadas depois, o frade dominicano, hoje assessor da presidência da república, disse ter ficado tão chocada com o “espetáculo” que decidiu abandonar a sede do arcebispado, onde estava hospedado. O lugar, além disso, se tornara inseguro para quem não participava do golpe, não se beneficiaria dele, não o apoiara ou estava “do outro lado”.

A afirmação do livro se fundamenta nesse testemunho, o único a declarar categoricamente que o arcebispo havia lido, diante das câmeras da televisão, uma lista com os nomes de padres a serem presos pelos militares, uma delação aberta e pu-



silânime feita pelo chefe da igreja católica no Pará.

Quantos nomes? Não há um número preciso, mas, por dedução, a partir de outras provas e evidências, Coimbra cita três nomes, os mesmos encontrados num diário pessoal do arcebispo: padres Aloísio da Silva Neno, que dirigia o MEB (Movimento Educacional de Base), Joaquim Diomar Lopes de Araújo, assistente espiritual de jovens estudantes, e Moisés Lindoso, assistente da juventude operária. Dos três, apenas o padre Neno foi preso. Os outros, perseguidos em Belém, puderam se transferir para outros lugares, fora de sua base operacional de então. Os militares não teriam incorporado integralmente a lista de nomes de dom Alberto?

Se frei Betto viu e ouviu a entrevista do arcebispo, por que ninguém mais compartilhou essa memória? Por que nenhum jornal, incluindo *A Província do Pará*, da mesma rede de comunicação da qual a TV Marajoara fazia parte, fez um único registro sobre a tal lista? Coimbra supõe que isso se deveu por censura ou auto-censura, mas ambas as hipóteses são improváveis.

Primeiro porque a censura ainda não estava tão bem organizada naquele tempo. Agia intensamente mais na repressão do que na prevenção dos atos considerados subversivos. Em segundo lugar porque seria de interesse dos órgãos de imprensa, que aderiram quase em uníssono ao golpe (à exceção do *Jornal do Dia*, que

se mantinha na expectativa de abertura política, com a qual seu proprietário, o deputado Armando Carneiro, se poderia favorecer), reproduzir as declarações de um bispo favorável aos novos donos do poder e condenatório aos “subversivos”.

As palavras de frei Betto podiam ser tomadas como pistas para a apuração dos fatos, mas não como fatos. O testemunho que ele prestou sobre a participação de frades dominicanos no assassinato de Carlos Marighella, cinco anos depois do episódio envolvendo d. Alberto, apesar de também categórico, foi contraditado (e contraditado em profundidade) por Jacob Gorender (ex-militante e respeitado intelectual de esquerda) no livro *Combate nas Trevas* (aliás, não citado na bibliografia de Coimbra). Logo, é necessário ter alguma cautela com a memória de frei Betto, checando-a em outras fontes.

Betto é um excelente intelectual, mas suas verdades às vezes são enunciadas com fins utilitários. Sua versão sobre a preparação da emboscada da polícia a Marighella e o papel de seus amigos religiosos na operação teve a nítida intenção de encontrar uma saída honrosa para os dominicanos, mas Gorender, refazendo a interpretação dos fatos, apresentou uma perspectiva oposta e, no meu ponto de vista (também testemunha desses fatos), mais convincente.

Pode ser louvável e admirável a posição participante de frei Betto na história, mas ela o deveria inibir de tentar ser, ao mesmo tempo, o historiador dos acontecimentos nos quais está envolvido. Ele viajou para Belém, em 1964, com uma passagem paga pelo Ministério da Educação e Cultura, chefiado pelo católico Paulo de Tarso Santos. Não para um evento do MEC ou uma atividade relacionada às funções institucionais do ministério, ou mesmo à causa técnica da educação brasileira, mas para participar de um ato político, o congresso dos estudantes latino-americanos. Certamente Betto aceitou o bilhete, obtido pelo sociólogo Betinho, porque o movia a causa da transformação social e da revolução. Com outros propósitos (ainda que muito menos nobres, ou nada nobres), essa mesma promiscuidade com o governo serviria aos novos detentores do poder e seria criticada por seus opositores, como Betto. Se tivesse chega-

CONTINUA NA PÁG. 8

do ao poder, o que mais frei Betto faria? O que está fazendo e fará agora que aconselha o presidente Lula ao pé do ouvido?

A propósito, é estranha a história que ele conta logo em seguida à acusação a dom Alberto. Diz que se apresentou no balcão da companhia aérea no aeroporto para viajar, mas não pôde embarcar porque todos os atos do governo anterior tinham sido cancelados, inclusive o bilhete aéreo que ele tinha na mão. Ainda assim, a funcionária da empresa permitiu que o frade, sem poder ir diretamente para o Rio de Janeiro, como estava escrito, e a despeito do carimbo de cancelamento, fizesse outro voo, para Recife, onde buscou a proteção de outro bispo, dom Hélder Câmara, que tomou posse no cargo exatamente no dia de sua chegada à capital pernambucana.

Parece incrível que um ato tão grave de traição, como o que o arcebispo teria praticado, entregando seus subordinados (e protegidos em tese) aos carrascos, não tenha tido um único registro na imprensa e nenhum testemunho como o de frei Betto. Um dia depois de ter praticado esse ato vil, dom Alberto foi entrevistado pela *Folha do Norte* e fez esta declaração, reproduzida na edição de 3 de abril de 1964: “Peçamos a Jesus, o Salvador que ilumine os vencedores da hora presente para restabelecerem a ordem **sem violência nem vinganças mesquinhas**”.

É inegável o comportamento vacilante, inseguro ou até – em algum momento menos visível – covarde do arcebispo diante das violências que os militares estavam praticando contra o clero, as organizações religiosas e a comunidade católica que não se enquadravam nas regras da nova ordem. Daí o telegrama de protesto que o padre Aloísio Neno mandou para o arcebispo, depois de ter sido preso e, já solto, ver-se obrigado a deixar Belém. Mas, no dia 8 de abril, dom Alberto declarou, através do jornal *O Liberal*, “nunca ter afirmado ser comunista seu irmão pe. Aloísio da Silva Neno”. Ou seja: estava em questão se dom Alberto havia ou não chamado o padre Neno de comunista. Mas não de haver pedido a prisão dele.

Ainda no auge da onda repressiva dos militares, dom Alberto incluiu no “Informativo Arquidiocesano”, publicado em 21 de abril, que controlava com mão de ferro, uma nota anunciando que a direção da *Voz Católica*, semanário editado pela prelazia de Macapá, “enviou telegramas ao Presidente da República e Ministro da Justiça, protestando contra a censura que o Governo do Território Federal do Amapá estabeleceu sobre aquele jornal, que sempre foi um paladino no combate ao comunismo”.

Um simples dedo-duro abrigaria essa nota, que equivale a uma solidariedade?

Dom Alberto era e foi, até sua morte, em 1991, um conservador, por vezes um direitista, um anticomunista feroz, mas não uma pessoa amoral, indigna, inescrupulosa, capaz de qualquer ato de agressão aos divergentes ou mesmo adversários, como pedir-lhes a prisão. Mesmo integrando a ala governista da Igreja, era tido à esquerda de alguns dos que se consideravam vencedores em 1964. Num artigo escrito para a *Folha do Norte*, publicado no dia 28 de abril, Paulo de Tasso admite não compreender, “embora sentindo, é que um Arcebispo confesse que ignora o que sobre o avanço vermelho se passava no Paço Arquiepiscopal e no seu ‘Lar do Sacerdote’”.

Essa manifestação pública indica quantas pressões o arcebispo deve ter sofrido, de gente ainda mais à direita de sua posição, para que fosse além dos atos que indubitavelmente ele praticou, ao condenar posições de membros do clero, apoiar o golpe, exorcizar o governo anterior, abjurar toda a postura classificável de esquerdista ou subversiva. Como quase todas as principais autoridades eclesásticas naquele momento no Brasil (dom Eugênio Salles, dom Vicente Scherer, dom Agnelo Rossi), o arcebispo de Belém foi dúbio, contemporizador, negociador e, em certo sentido, traidor dos compromissos evangélicos e da lealdade que devia manter para com os perseguidos e violentados.

Acuado entre os que o queriam mais à direita e os que cobravam seu compromisso pastoral, dentro e fora da Igreja, dom Alberto precisou seguidamente defender-se naqueles negros e tristes tempos de intolerância, abuso e violência. Mas essas defesas, reproduzidas nos jornais da época, não autorizam a conclusão de Coimbra, segundo o qual “Se o jornal [*A Província do Pará*] diz que ele se defendeu de todas as maneiras, o jornal **permite supor, inclusive, que ele delatou publicamente seus padres**”.

Talvez esse tipo de suposição caiba num libelo acusatório. É inaceitável, contudo, numa pesquisa histórica ou numa investigação jornalística. Para alguns, chamar de comunista ou mandar prender pode ser a mesma coisa. Mas não deve ser assim para alguém que escreve um livro ou mesmo uma reportagem de jornal. É preciso que cada afirmativa e, especialmente, cada acusação tenha sua base em fatos, seja em provas como em evidências muito fortes, passível de demonstração (e, naturalmente, contradita racional, lógica). Nenhuma delas permite a Oswaldo Coimbra afirmar que dom Alberto “mandou prender seus padres”.

Seu livro é quase totalmente baseado em jornais, principalmente de março e abril de 1964. Outras fontes de informações fo-

ram entrevistas com personagens da época e uma série de artigos publicados em 1979 em *O Estado do Pará*. Essas matérias são provocativas e permitiram requestrar temas que vinham sendo mantidos debaixo do tapete, mas elas foram escritas de memória pelo dono do jornal nesse período, o advogado Octávio Avertano Rocha. Sofreram, portanto, como se diz, um viés do autor, que contou vários contos acrescentando seus pontos (ou vice-versa).

Além disso, a pesquisa de Coimbra parece se ressentir da pressa. Há erros e equívocos flagrantes. Na página 170, por exemplo, ele estranha que *A Província do Pará* haja quebrado o “sigilo em que sempre eram mantidas as reuniões do clero”, noticiando tudo o que trataram os padres reunidos com dom Alberto no dia 7 de abril e, assim, fazendo o jogo do arcebispo. Na página 171, entretanto, ele reproduz matéria de outro jornal, *O Estado do Pará*, sobre o mesmo assunto e com as mesmas informações. Se houve quebra do sigilo (o que seria o “furo”, no jargão jornalístico), os dois jornais a praticaram.

Na reprodução da conversa, aliás, o jornal noticia que dom Alberto atribuiu a prisão de padre Neno a ele ter acompanhado estudantes estrangeiros, participantes do mesmo congresso que atraiu frei Betto, sob patrocínio do MEC. Os estudantes, necessitados de vistos para viajar, estavam sendo perseguidos pelos militares, quando receberam a ajuda de padre Neno.

A pressa (ou desatenção) fez com que Coimbra chegasse a escrever: “A transferência de Benedito [*Monteiro*] para Belém deu-se numa canoa”. Benedito, o mais visado político naquela época, foi preso nas matas de Alenquer, a uns 900 ou mil quilômetros de Belém.

Essas e outras lacunas não tiram os méritos do livro de Oswaldo Coimbra. Ele faz a sociedade se lembrar de que a avaliação da história é contínua e abrange vivos e mortos. Muitos ficaram indignados com o ataque do jornalista a dom Alberto quando o arcebispo já não pode se defender. Pilatos já virou pó há muitos séculos e continua a provocar apoios e repulsas todos os dias. A orelha de Adão permanece a arder, ainda que seja metaforicamente. Mas quando os vivos são incapazes de se defender, os mortos lhes servem de proteção.

Todos saíram em defesa de dom Alberto, mas ninguém se lembrou de cobrar, dos ainda vivos, o ato de indignidade que cometeram quando, deputados estaduais, cassaram um colega de parlamento (o mesmo Benedito Monteiro) por motivo torpe, em sessão especial convocada às pressas, com enredo previamente acertado. Com direito até a ajuda de custo extra, que dobrou o valor do salário mensal. Ou 18 milhões de cruzeiros. Bem mais do que os 30 dinheiros de Judas.

# Saudação a duas grandes mulheres

Maria Helena Oliveira morreu às vésperas de completar 80 anos, no mês passado. Norma Barata teve a festa que merecia pela mesma data, que chegou ao seu calendário dois meses antes. Dona Helena podia ter vivido bem mais. Talvez o câncer não tivesse evoluído tanto – nem tão rapidamente – se ela reagisse à altura. Mas dona Helena não queria mais viver. Perdera, dois anos antes, o companheiro de caminhada ao longo de mais de cinco décadas. A morte abreviaria a separação e restabeleceria a convivência interrompida. Era o que dizia, entre lágrimas, inconformada com a perda.

Norma perdeu o casamento quando uma mulher normal se teria deixado abater. Mas ela, não. Fez vestibular, frequentou a graduação e recebeu o diploma de bibliotecária. Não para colocar o papel na moldura: logo se tornou uma técnica respeitada no meio, além de uma líder incontestada. Tudo o que acontecia no mundo da biblioteconomia começava nela ou passava por sua avaliação. Ao se aposentar, já com um currículo respeitável, se tornou um marco, uma referência, um norte no universo dos livros.

Helena incorporava o modelo tradicional de mulher, esposa e mãe. Praticava, no lar, um jogo de revezamento: da porta para fora o representante da família era o marido, a quem apoiava e sustentava do pórtico de casa para dentro, dando razão a uma das máximas dessa concepção: todo grande homem tem uma grande mulher atrás de si (às vezes, na cegueira do preconceito, deixamos de ver que o grande homem era apenas a projeção da grande mulher, que se anulava para destacar o companheiro transparente).

Era a mãe dos frequentadores da casa, poucos, na verdade, apenas os que conseguiam vencer a fachada de sisudez do marido, o coronel José Lopes de Oliveira, o furibundo e temido “peixe agulha”, notabilizado no movimento militar de 1964, do qual foi um dos executores, um típico “jovem turco” do Exército. Às vezes, chegando de surpresa para meus confrontos verbais com o coronel, eu a provocava com uma frase traumática: “não tem nada para comer aí, dona Helena?” Nervosa, ela sumia na cozinha e voltava com um expedido lanche, feliz, apreciando a aplicação do convidado sobre seu quitute.

O casamento com o advogado e poeta Ruy Barata acabou sem que se ouvisse de

dona Norma um lamento ou uma acusação. Continuou sendo um dos esteios para o maravilhoso e irrequieto amigo e companheiro, e para a família numerosa e ruidosa, herdeira dos talentos do casal. Não deixou de comandar sua movimentada casa, um daqueles bangalôs de esquina do Umarizal que faziam a delícia de *flaneurs* e *voyeurs* da avenida Generalíssimo Deodoro, como fui desde a meninice. Ela foi para a luta externa, abrindo seu próprio caminho, conquistando, por amplo merecimento, o destaque, a admiração e o respeito de tantos que compareceram à sua festa dos 80 anos, agradecidos por ela ser, ao mesmo tempo, uma rocha de resistência e um jardim florido de ternuras.

Helena e Norma podiam ter sido adversárias como foram, em certos momentos, seus maridos. O coronel Oliveira estava do lado dos vitoriosos, implacáveis depois de certo momento, e Ruy dos que foram derrotados, em 1964, sem terem tido a oportunidade de travar um justo combate. Mas ambos freqüentavam um terreno de paz, de socialização das diferenças e mimetização das semelhanças, sob o teto da Livraria Jinkings, comandada pelo comunista de paz & amor (não como um recurso de marketing político) Raimundo Jinkings. Ele próprio um der-

rotado e perseguido, Jinkings era o anfitrião atencioso do antigo ferrabrás, que poderia ter sido seu figadal inimigo, e o coronel um cliente ideal (porque comprava muito, porque conhecia o que comprava e porque dialogava com o livreiro de igual para igual). Ruy, com seu humor e sua irreverência, era mais perigoso. Suas tiradas eram totalmente imprevisíveis, além de incontroláveis.

Não sei se algum dia Helena e Norma se encontraram, nem sei (porque também não interessa) o que uma pensava da outra. Promovo, nesta sala impressa, uma festa de palavras para lembrar a memória da primeira e saudar a vida da segunda. Onde quer que Helena esteja agora, se está em algum outro lugar que não a cova na qual foi depositado seu corpo, tenho certeza de que seus méritos, multiplicados durante esta forma mais convencional e visível de vida que temos, serão plenamente reconhecidos. E ela os poderá gozar na companhia da pessoa que buscou ao ir-se do meio de nós.

Quanto a Norma, que por muitos anos mais ela possa continuar a ser a energia boa e acolhedora que tem sido, uma fonte de paz e de calor para o amplo universo das pessoas que conquistou com sua força de guerreira, mulher de fibra inquebrantável.

---

## Viseira

Um dos principais problemas do judiciário paraense é o nepotismo. Vários magistrados não se inibem na hora de colocar parentes nos cargos comissionados postos à sua disposição. Alguns parentes, embora favorecidos pelo nepotismo, são capazes e trabalham. Outros se escoram no nome. O vácuo que abrem tem que ser preenchido através da contratação de gente disposta a trabalhar. É um ônus a mais.

Outro surge com a aposentadoria do magistrado, no final da carreira. Ele se vai, mas os parentes ficam. Há uma acomodação de interesses nesse momento: o novo desembargador coloca seus protegidos sem perturbar a vida dos já instalados em seus cabides. A viúva paga a conta dessa acomodação. O público sofre as consequências de ser atendido por pessoas sem qualificação para as funções, que se con-

sideram degraus acima do cidadão comum em função do sobrenome.

Essa prática costumeira já não tem a força de passado recente, mas se o nepotismo foi requeitado pelo mais novo desembargador, João Maroja, a OAB, que o indicou pelo quinto constitucional, tem o dever de cobrar a responsabilidade do seu associado. Mas não deve nem pode isolá-lo, como se ele fosse caso único e o mais grave nessa cornucópia de nepotismo.

Se a OAB quer tirar os esqueletos do armário ou levantar o tapete para retirar o sujo oculto, ótimo. Nesse caso, tem que se colocar a serviço de uma causa, esquecendo quem vai atingir, assumindo a própria imagem da justiça. Mas se vai tirar a venda para ver apenas a quem lhe interessa ver, protegendo quem não está interessado em se mostrar, então faz o jogo da vingança, que lhe fica muito mal.



## A VOZ

Penso, ao ler a matéria “Pará: sem voz” (**Jornal Pessoal**, edição da 2ª quinzena de julho/2003), que caberia a pergunta: quando foi que o Estado teve voz? Do instituto de região colonizada o Pará nunca escapou. Existem inclusive formas de apropriação que se mantêm inalteradas desde a fase efetivamente colonial, tais como o latifúndio, o enclave, o trabalho escravo, a coleta e o aviamento, que convivem solidárias com formas modernas de exploração, como a executada pela Vale do Rio Doce, por exemplo.

Ambas as formas são de fato “políticas de empobrecer a vizinhança”. No primeiro caso os motivos do empobrecimento são óbvios, no segundo, nem tanto. Mesmo o Pará “moderno” é pobre, porque a expansão econômica sempre se faz acompanhar do aumento da exclusão, como é a tradição da economia brasileira em geral. Isso ocorre porque o modelo de produção é altamente concentrador e gerador de externalidades inexpressivas. Este modelo é avalizado e financiado por uma pequena elite cuja atitude social é eleger governos demagogos e clientelistas, que vão executar a manutenção de seus privilégios e do sistema que empobrece os vizinhos.

O poder público se legitima no momento do voto, quando essa elite se associa com a “sociedade desorganizada”, altamente suscetível ao assistencialismo, e ignorante o suficiente para compreender a tramóia, o esquema de inflação da própria miséria que beneficia meia dúzia de bem nascidos. Trata-se da indústria da pobreza, o principal subproduto do modelo centralizador, que apesar do avanço exponencial, deprimindo a qualidade de vida, a cultura e as

regras básicas da convivência civilizada, é financiada por essa sociedade espúria entre a elite e as favelas, através de porta-vozes hipócritas.

Jader Barbalho e Jarbas Passarinho foram políticos de alguma projeção nacional, Almir Gabriel e Simão Jatene são inexpressivos, mas em nenhum desses governos a trajetória da decadência modificou. Um governante com maior acesso ao Planalto não fez diferente do que fez o outro, sem acesso nenhum. Porque a tal “luta pelo Pará” não passa de farsa ideológica para manter privilégios e condições sociais inalterados. Pará e Maranhão são irmãos gêmeos, só não univitelinos, porque cada um é miserável à sua maneira. A maior obra dos governos locais sempre foi o sucesso pessoal de seus integrantes e sócios. A tal “municipalização do desenvolvimento”, por exemplo, é um novo nome para este tipo de “organização social”.

O que é preciso é desconstruir o pacto social que está aí, expressão política da armadilha da pobreza. Fazer a sociedade entender que nenhuma região com 6 milhões de habitantes, um PIB pouco maior de 5 bilhões de dólares e sem fundamentos econômicos elementares, tem o controle sobre o próprio futuro, no âmbito do modelo de exploração em vigência. É preciso politizar a discussão em torno de um mundo em franca degradação. É preciso banir os porta vozes do orgulho ufanista de um povo humilhado, que rouba fios telefônicos para comer, e colocar no lugar deles quem seja capaz de pautar a discussão relevante. Romper a barreira do atraso, os impedimentos estruturais ao crescimento da renda, e tentar recriar uma sociedade com um mínimo de justiça, de segurança e de civilidade.

Passar por essa difícil etapa depende pouco da capacidade de trânsito dos governos locais nos gabinetes do Planalto, e muito mais de sua postura e comprometimento com as causas requeridas. Enquanto não se estabelecer um link entre poder público e sociedade, que cuspa fora o demagógico, o assistencial, o clientelista, e passe a encarar a realidade com o nível de preocupação que merece, o Pará sequer vai começar a enunciar o seu futuro.

**Antonio Ponte Souza**

## Elite

O **Jornal Pessoal** número 304 veio prenhe de matérias sobre o mastodonte “enclave” fincado no sul do território paraense, que lhe consome as entranhas sem a respectiva contrapartida econômica, por omissão consentida e incompetência do poder público local. Não vou alongar-me neste aspecto porque o texto sob o título “Minérios: ciclo das oportunidades perdidas”, foi muito cristalino. Porém, discordo da insinuação atinente ao “despreparo da opinião pública”. Mesmo que a população não fosse privada dos esclarecimentos por parte de certa imprensa de “secos & molhados” que você acentuou, ela não mudaria o curso dessa estória. Prefiro transferir esse ônus diretamente à elite intelectualizada, que fala muito de mudança de base produtiva, de verticalização industrial, de geração de emprego e renda e outras nomenclaturas acadêmicas menos votadas. Pois bem, ela se incrustou nos gabinetes e secretarias do governo estadual e se perpetuou, independente das siglas vencedoras: PMDB, PSDB, PPS, PT; não há ideologia nem cor partidária, serve a qualquer padrão e preço.

**Rodolfo Lisboa Cerveira**

## MINHA RESPOSTA

Os dois leitores, mas ambos, têm razão, embora a verdade seja produto de suas duas razões e de mais algumas outras. Se a sociedade paraense fosse bem informada e se dispusesse a fazer valer seus direitos, o peso de suas elites não seria tão grande. Como a informação é um bem escasso e os que o possuem preferem não partilhá-lo, muitíssimo pelo contrário, o papel das elites é mais importante do que os teóricos (e militantes) dos movimentos de massa estão dispostos a conceder.

Por isso, ter líderes influentes nacionalmente é um elemento a considerar no jogo político das decisões. O Pará teve poucos líderes nacionais em toda a sua história. Os maiores foram Lauro Sodré, Jarbas Passarinho e Jader Barbalho. Mesmo quando participaram do governo e tiveram alguma participação na estrutura do poder, eles fizeram muito menos do que podiam. Fizeram pouco e fizeram mal. Para fazer muito e corretamente, teriam que ter uma concepção da organização produtiva, social e política do Pará diferente da que possuíam. Se tivessem idéias diferentes, teriam chegado tão alto na pirâmide do poder? Mas pensar libertariamente é fator impeditivo para ter dimensão nacional e peso efetivo no país?

São perguntas, que pouco se faz, em busca de respostas, que raramente se consegue. Mas importa continuar a tentar. Tanto no plano da compreensão quanto no que mais vale: o da transformação. Sendo atualmente um Estado (e um território) colonial, estará o Pará condenado a permanecer sempre assim?

Quem quiser (ou puder) que continue.

# O imperador Marinho

Uma das anotações do diário de Getúlio Vargas que mais me impressionou, nos dias inaugurais de sua primeira presidência, logo depois do movimento revolucionário de 1930, foi sobre uma audiência concedida a Paulo Bittencourt, que foi lhe pedir para o pai ser examinador no Banco do Brasil. Edmundo Bittencourt era o poderoso dono do *Correio da Manhã*, que fundara em 1901 e seria, até o golpe militar de 1964, o jornal mais influente do país (e, aparentemente, o mais independente na grande imprensa).

A independência de um grande veículo da imprensa é ainda mais relativa do que na teoria de Einstein. O que dizer de um império jornalístico, no qual o jornal é apenas um dos elementos, nem sempre o de maior peso?

Quando Edmundo foi a Getúlio, no Rio, Assis Chateaubriand já havia mandado o próprio irmão ao *front* revolucionário, no Rio Grande do Sul. Com duas missões: ver de perto o que acontecia e servir de canal de acesso às informações para o futuro dono do poder. Um golpe no cravo, outro na ferradura. A serviço do cliente explícito da publicação, o leitor, e do sócio não declarado, o anunciante. O maior deles, mesmo quando não parece, ainda é o governo, o federal mais do que todos os outros nos Estados e municípios.

Chateaubriand não teria construído o império dos Diários Associados se não contasse com a mão amiga do ditador e presidente Getúlio Vargas. Getúlio também deu sua ajuda a Edmundo e Paulo Bittencourt, mas ambos tinham seus princípios, por mais questionáveis que fossem. Mantiveram um grande e influente jornal, mas só. Chato tinha

muitos jornais, emissoras de rádio e, por fim, de televisão. Com essa máquina de fazer poder, quis arrotar no jantar a independência que vendera no almoço.

O próprio Getúlio, sagaz, fez de um empregado de Chatô, Samuel Wainer, o núcleo de um novo império, que faliu por ter origem explícita numa chapa branca (o dinheiro do contumaz Banco do Brasil) e desdobramento num estróina. Getúlio, porém, não teve tempo nem condições de dar o golpe mortal em Chatô. Já os militares tiveram a faca, o queijo e a circunstância de Chatô ter sofrido uma trombose quatro anos antes do golpe, morrendo sem ver a decretação do AI-5.

Quando a asa negra desse terrível instrumento de exceção baixou sobre o Brasil, em dezembro de 1968, o parceiro já era o “companheiro jornalista” Roberto Marinho, o título que ele mais prezava. Desde que se tornara herdeiro de Irineu Marinho (em 1925) e assumira o negócio deixado pelo pai (1931), depois de seis anos preparatórios de trabalho como simples empregado, Roberto Marinho não deixara de crescer. Mas lentamente e num universo limitado.

O *Globo* era um jornal carioca, favorecido pela condição de capital federal do Rio de Janeiro, mas sem maior repercussão. Não contava na hora de formar opinião. Mas estava sempre disponível para apoiar governos e impulsionar carreiras, fossem de pessoas físicas ou jurídicas. Roberto Marinho, metódico, trabalhador, aplicado e perspicaz, agia à sombra. Era desvolto nos bastidores do poder. Viu longe o alcance da televisão e es-

tava no lugar certo, na hora certa, quando os militares, percebendo que os Diários Associados eram inconfiáveis, precisaram de um aliado decidido e competente num setor que lhes seria vital: o das comunicações.

Sem esse impulso, a Rede Globo não seria o que é hoje (ou foi até se meter numa dívida correspondente a duas vezes e meia o seu patrimônio líquido). Mas na grandeza do império há, sem dúvida, o dedo de Roberto Marinho. Ele foi menos jornalista do que Chato, mas foi efetivamente jornalista (qualidade não desprezível num universo atualmente dominado por quitandeiros da informação). Foi, entretanto, muito mais empresário. Seus funcionários trabalham sob um padrão profissional claro, com suas lacunas no plano conceitual, mas o melhor do mercado na regulação das relações de trabalho.

Homem empreendedor, talvez Marinho, às vésperas dos 99 anos, tenha sido poupado dos difíceis momentos que aguardam o império Globo (global antes da globalização chegar ao Brasil e sua porta de entrada no país), que a longevidade e suas qualidades pessoais lhe permitiram ver nascer e se consolidar. Ele não cometeu alguns dos erros crassos do seu antecessor na única corporação de comunicações da história brasileira capaz de rivalizar com a dele, mas seu poder tem a mesma origem, da qual não conseguiu se desfazer e um dia, por um motivo ou outro, cobrará a conta. A ser apresentada aos herdeiros, que ficam com a bata quente e o desafio de sobreviver ao *day after*, no qual se verão um diante do outro, sem a mediação do seu maior, o que, certamente, lhes destacará a inferioridade.

## Origem

As mensagens de um falso Lúcio Flávio Pinto para o *Observatório da Imprensa* (ver **Jornal Pessoal 304**) foram transmitidas através de um servidor da Editora Peixes, de São Paulo. A editora é responsável por várias publicações, dentre as quais a revista Terra, da qual é editor-contribuinte o jornalista Klester Cavalcanti.

Como um dos acusados de inventar matérias no artigo a mim atribuído pelo falso Lúcio, Klester se interessou em levantar o assunto e foi quem informou os redatores do *Observatório da Imprensa*, em São Paulo, que o tal artigo teria sido enviado através de um cibercafé de Belém, localizado às proximidades de meus

dois domicílios. Essa informação motivou o pessoal do OI a achar que, a despeito de minhas categóricas negativas, eu havia escrito e mandado, dissimuladamente, o artigo.

Dois dias depois de ter induzido a “investigação” do *Observatório* sobre mim, Klester retificou a informação, atribuindo-a a um “lamentável equívoco”. A origem era São Paulo mesmo. Ainda assim, Alberto Dines, o principal responsável pela revista eletrônica, especializada na análise da imprensa, me criticou por haver difundido o incidente. Classificou-me de reincidente em erro. O primeiro teria sido cometido através da resenha que escrevi sobre um livro de Klester, divulgada pelo próprio

*Observatório*. Nessa resenha apontei inconsistências na reconstituição de um sequestro que ele alegou haver sofrido, em março de 2000, quando era correspondente da revista *Veja* em Belém. Klester me atacou através de uma rede de jornalistas ambientalistas na internet, mas não mandou nenhuma resposta para o OI.

Um perito, através de rastreamento independente, estabeleceu a conexão das mensagens transmitidas pelo falso Lúcio, uma delas com o artigo sobre os Jayson Blair brasileiros (cópias do jornalista do *New York Times* que inventava suas matérias), com o servidor da Editora Peixes. Mas não pôde chegar ao fraudador porque à cen-

tral eletrônica estão conectados 180 terminais de computadores e o pessoal da informática da editora alegou não possuir elementos técnicos para identificar a origem individual das mensagens, ou por não querer fornecer a informação.

Segundo o perito, somente através de uma intervenção nas máquinas seria possível concluir o trabalho. Mas tal intervenção depende de mandado judicial, a ser cumprido por perito do juiz, o que iria requerer uma ação na comarca de São Paulo, o foro competente para apreciar a questão.

Por enquanto, satisfaço-me no ponto em que cheguei: o ninho do suspeito, onde foi concebido o ovo da serpente.

## Congresso Eucarístico: meio século

Meio século atrás Belém abriu o VI Congresso Eucarístico Nacional. Em 1953 (ano da grande enchente do rio Amazonas), foi um acontecimento. O Pará tinha então 1.123.273 habitantes (hoje tem seis vezes mais), dos quais 1.088.863 se declaravam "católicos romanos" (os protestantes eram menos de 25 mil e os espíritas não chegavam a 3 mil). Belém, que completara 337 anos de fundação, tinha 255 mil habitantes, as mulheres somando 15 mil a mais do que os homens. As pessoas com mais de 15 anos de idade que sabiam ler e escrever no Pará (325 mil) eram apenas um pouco mais do que as analfabetas (319 mil).

A capital dos paraenses, no ano do congresso eucarístico, tinha 10 pontos de estacionamento, três dos quais na Praça e Banco Nacional Ultramarino).

A cidade tinha apenas três barbearias de categoria para homens (Grande Hotel, Avenida e Central) e 11 salões de beleza para as mulheres. Dispunha de sete lojas de artigos regionais (como a Casa Amazônia e a Perfumaria Flora). Contava com sete hotéis e pensões: Grande Hotel, Central Hotel, Avenida Hotel, Hotel América, Hotel Coelho, Hotel Nova América, Pensão Suíça (assim mesmo) e Rotisserie Suisse.

Tinha 11 cinemas: Olímpia, Moderno, Guarani, Independência, Iracema, Íris, Poeira, Popular, Rex, São João e Universal. Os clubes também eram 11: Assembléia Paraense, Associação Recreativa Bancrévea, Clube do Remo, Paissandu Esporte Clube, Pará Clube,

Tuna Luso Comercial (depois Brasileira), Cedro Esporte Clube, Liberto Esporte Clube, São Domingos Esporte Clube, Satélite Esporte Clube e Sete de Setembro Esporte Clube.

Operavam na cidade quatro companhias de aviação: Panair do Brasil, Cruzeiro do Sul, Aerovias Brasil e Loide Aéreo Nacional. Já as empresas marítimas eram sete: o Serviço de Navegação do Estado, Snapp, Booth, Costeira, Lamport & Holt Line, Loide Brasileiro e Moore McCormack. Nas comunicações telegráficas, além dos Correios e Telégrafos, havia a Rádio Internacional e a Western Telegraph. Sete países possuíam representação consular: Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Inglaterra, México e Venezuela.

Os campos de futebol profissional eram os do Remo, Paissandu e Tuna. Quadras de basquetebol e vôlei eram poucas: Remo, Paissandu, Escoteiros e Quartel General da 8ª Região Militar. Quatro sedes náuticas: Remo, Paissandu, Tuna e Recreativa.

Apenas cinco estações de veraneio eram indicadas: Icoaraci, Outeiro, Mosqueiro, Salinas e Soure. Uma viagem de ônibus de Belém para Salinas durava oito horas nessa época.

Podia-se bater fotografias nos fotos Amazônia, Carvalho, Elite, Fidanza, Leite, Mendonça, Nazaré e Oliveira. A rede de hospitais e casas de saúde era integrada pelo hospital da Aeronáutica, D. Luiz I, Domingos Freire, Juliano Moreira, Marítimos, Militar, Belém, Pronto Socorro, Naval, São Sebastião e Santa Casa.

Circulavam os jornais A Província do Pará, A Vanguarda, Folha do Norte, Folha Vespertina, O Imparcial, Flash, O Estado do Pará, O Liberal e A Vanguarda

Ultima Exibição do Monumental Filme de Sensação

COLUMBIA

A EMPRESA CARDOSO & LOPES  
COM ORGULHO  
PREZENCIADO

Cinema Vitoria  
PRIMEIRA

Hoje

Rita HAYWORTH  
COMO

Gilda  
...o filme sensação!

GLENN FORD

AGORA TODOS ELES SABEM O QUE EU SOU!

GEORGE MACREDDY JOSEPH CALLEJA

FINALIZANDO O PROGRAMA: "TRÁGICO ALIBI" — Filme de mistérios. Entrada: Cr\$ 3,00

## PUBLICIDADE

### Gilda no Pará

Quem não se apaixonou por Gilda (Rita Hayworth), quando ela chegou às telas de cinema de Belém, em 1947? E quem não invejou o poder de Glenn Ford, no famoso filme de Charles Vidor? Antes de entrar no "escurinho do cinema" e ser enfeitiçado pela trama exibida na tela, o espectador já experimentava as primeiras sensações diante do cartaz do filme, preparado com requinte e publicado em generosos espaços que lhes eram reservados nas páginas de jornal. Era uma autêntica avant-première impressa, como esta, a serviço da empresa Cardoso & Lopes, proprietária do Cinema Vitória, na Pedreira. Além de Gilda, o "filme sensação", o programa era finalizado com *Trágico Alibi*, um "filme de mistérios", por apenas três cruzeiros a entrada.

Ah, sim, o cartaz prometia: "Agora eles sabem o que eu sou", diria Gilda. Era só comparecer à bilheteria, pagar e partilhar o segredo com quem já tinha visto a inesquecível Gilda.

## FOTOGRAFIA

### Como era bom ver-o-peso

Como era muito mais bonito o Ver-o-Peso dos nossos pais e avós, não é mesmo? Com espaços livres, era uma das mais agradáveis viziñanças de porto que já houve numa cidade, impedindo que a típica paisagem das docas predominasse. Mesmo a reforma de Edmilson Rodrigues não recompôs esse cenário nem o substituiu por algo melhor, muito pelo contrário. Mas o problema já não é mais de arquitetura, engenharia ou inventiva humana: é o resultado da massificação nivelada por baixo, da deterioração das condições de vida, desse tal de "progreço".



## Jornal Pessoal

Editor: Lúcio Flávio Pinto • Fones: (091) 241-7626  
Contato: Tv.Benjamin Constant 845/203/66.053-040 • e-mail: jornal@amazon.com.br  
Produção: Angelim Pinto • Edição de Arte: Luiz Pinto